



I Grupo Parlamentar I



Declaração Política | Plenário de Janeiro Intervenção Paulo Mendes

O PS/Açores veio demonstrar a sua desilusão quanto ao Acordo celebrado entre o SINDESCOM e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores para os trabalhadores do setor do turismo. Um Acordo inquestionavelmente insatisfatório, insuficiente e injusto para os trabalhadores considerando a prosperidade económica vivida pelo setor.

Tal como os trabalhadores do setor do turismo, o PS/Açores sentiu-se enganado, porque, afinal, e feitas as contas, o Acordo firmado não é mais do que a atualização da tabela salarial aplicada ao setor, de acordo com o valor do salário mínimo na Região.

Nós, BE, partilhamos da desilusão do PS, neste caso concreto, e desafiamos o PS/Açores a também indignar-se com os vários exemplos do uso e abuso do poder detido pelo Governo Regional para por e dispor da Administração Pública Autónoma e, particularmente, de um dos seus institutos públicos mais conhecidos e com reconhecido trabalho e serviço público de proximidade desempenhado.

A RIAC que, na Região, desempenha o papel das Lojas do Cidadão, indo até mais além na sua missão graças à dedicação dos seus trabalhadores à causa pública ao garantirem a prestação de um serviço público descentralizado condizente com as exigências da nossa condição geográfica.

Temos lojas RIAC quer em Ponta Delgada, quer na freguesia mais recôndita do arquipélago.

Os seus trabalhadores de front-office encontram-se enquadrados na carreira de assistente técnico, dos quais 100 auferem de 683,13€ mensais – um pouco acima do salário mínimo - pese embora o nível de complexidade e responsabilidade inerente às efetivas funções desempenhadas que vão para além do previsto no conteúdo funcional para esta carreira.

Estes trabalhadores emitem cartões de cidadão, passaportes, pagam pensões, prestam apoio no preenchimento de declarações de rendimentos para o IRS e garantem o acesso aos cidadãos a diferentes serviços na Administração Pública.



I Grupo Parlamentar I



Estas são só algumas das tarefas mais visíveis, entre muitas outras nem sempre tão evidentes, mas que não deixam de acarretar um menor grau de complexidade e de responsabilidade. O PS/Açores teria, pois, razão para se indignar com o comportamento reiterado pelo Governo Regional que suporta.

A vice-presidência que tutela a RIAC recusa-se a retomar a mesa das negociações para arranjar uma solução e estabelecer um compromisso com os representantes dos trabalhadores da RIAC, no sentido de valorizar as suas carreiras por via da criação de uma carreira específica ou através de uma valorização salarial.

Aliás, foi a insensibilidade da vice-presidência que determinou a realização de uma greve durante os dias 2, 3 e 4 de maio do ano passado, a qual se traduziu numa adesão que variou entre os 70 e os 90% e o encerramento das 34 das 60 lojas.

Só não foram encerradas mais lojas porque o serviço foi assegurado por beneficiário de programas ocupacionais, como foi, por exemplo, o caso da loja da Rua da Sé, na Terceira. Em resposta, a tutela não só insistiu na impossibilidade de atender às pretensões dos grevistas como também anunciou a atribuição de ainda mais funções e responsabilidades aos trabalhadores.

Como se este cenário não fosse ainda suficiente para atestar da incapacidade e vontade do Governo Regional em dar o exemplo acerca do que deve ser uma relação salutar com os trabalhadores, instituiu-se um protocolo entre a RIAC e a Unidade de Saúde da ilha Terceira que não é mais do que um contrato de outsourcing para prover os núcleos de saúde familiar de funções administrativas.

Por outras palavras, os núcleos de saúde familiar – constituídos por médicos, enfermeiros e administrativos – contariam com os funcionários da RIAC como administrativos.

Um Acordo de outsourcing que prevê inclusivamente a possibilidade do recurso a beneficiários de programas ocupacionais para cumprirem estas mesmas funções nestas equipas pluridisciplinares.

Para o Governo Regional são funcionários da RIAC, com contratos de trabalho em funções públicas, e beneficiários de programas ocupacionais enquadrados pela RIAC,



I Grupo Parlamentar I



que exercem funções nos núcleos de saúde familiar. As funções a desempenhar são tão diversas e acarretam um nível de responsabilidade e o dever de sigilo e confidencialidade só exigível a quem presta funções públicas de carácter muito particular.

Estes funcionários da RIAC, bem como beneficiários de programas ocupacionais, terão de prestar informação sobre o certificado de incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença de funcionário público; informação e abertura de processos de cobrança de taxas moderadoras; informação e abertura de processos de pedidos de reembolsos à USIT; informação e abertura de processos (alta antecipada, prestação compensatória, subsídio de doença); entre muitas outras funções previstas neste protocolo.

Este regime de outsourcing endo-administrativo deveria vigorar até 31 de dezembro último, automaticamente renovável se não fosse denunciado. Terá sido renovado? Continuará a vigorar?

Cereja no topo deste bolo de maus hábitos na relação entre a tutela da RIAC e os seus trabalhadores, foi quando este natal, e perante o anúncio de uma nova greve para os dias 20 e 21 de dezembro, foram concedidas dispensas aos trabalhadores para 'irem às compras' num desses dias de greve para claramente retirar qualquer significado e impacto à greve, tendo a tutela adotado um comportamento similar ao grupo Jerónimo Martins quando tentou ofuscar o significado do dia do Trabalhador com super promoções nos seus hipermercados.

Partilhamos a insatisfação do PS/Açores perante as condições laborais e salariais alcançadas pelos trabalhadores do setor do turismo. Será que o mesmo PS/Açores partilha da nossa insatisfação relativamente ao comportamento e as opções políticas da vice-presidência quanto ao funcionamento da RIAC e valorização das carreiras dos seus trabalhadores?

Horta, 17 de janeiro de 2019